

## COMPARATIVOS

### CIRCULARES BACEN nº 3461/2009 e nº 3978/2020

Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

### CARTAS CIRCULARES BACEN nº 3542 e nº 4001

Divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento ao terrorismo, previstos na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Autor: Carlos Renato Xavier de Resende

(Novembro de 2021)

Quadro comparativo entre as Circulares do BCB, no tocante às comunicações ao COAF, com registros e observações considerados relevantes.

CIRCULAR Nº 3.461/2009 (até 30/06/20)	CIRCULAR Nº 3.978/2020 (a partir de 1º/07/20)
<p><b>Comunicações ao Coaf</b></p> <p>Art. 12. As instituições de que trata o art. 1º devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na forma determinada pelo Banco Central do Brasil:</p> <p>I - as ocorrências de que trata o art. 8º, § 1º, inciso I, no caso de operações em espécie; (Redação dada, a partir de 27/12/2017, pela Circular nº 3.839, de 28/6/2017.)</p> <div data-bbox="228 949 815 1128"> <p>I - Emissão ou recarga de valores em um ou mais <b>cartões pré-pagos, em montante acumulado igual ou superior a R\$50.000,00</b> (cinquenta mil reais) ou o equivalente em moeda estrangeira, no mês calendário</p> </div> <p>II - as ocorrências de que trata o art. 9º, § 1º, incisos I e III. (Redação dada pela Circular nº 3.654, de 27/3/2013.)</p> <div data-bbox="228 1272 815 1599"> <p>I - <b>depósito em espécie</b>, saque em espécie, ou saque em espécie por meio de cartão pré-pago, <b>de valor igual ou superior a R\$50.000,00</b> (cinquenta mil reais);</p> <p>III - emissão de cheque administrativo, TED ou de qualquer outro instrumento de transferência de fundos <b>contra pagamento em espécie, de valor igual ou superior a R\$50.000,00</b> (cinquenta mil reais)</p> </div> <p>§ 1º Devem também ser comunicadas ao Coaf <b>as propostas de realização das operações</b> de que tratam os incisos I e II do caput e as comunicações prévias de que trata o art. 9º-A. (Redação dada, a partir de 27/12/2017, pela Circular nº 3.839, de 28/6/2017.)</p> <div data-bbox="228 1845 815 2024"> <p><b>comunicação prévia, com, no mínimo, três dias úteis</b> de antecedência, <b>dos saques e pagamentos em espécie de valor igual ou superior a R\$50.000,00</b> de que trata o art. 9º, § 1º, incisos I e III.</p> </div>	<div data-bbox="874 309 1513 591"> <p><b>Obs.1:</b> o BCB adota formalmente, a partir desta norma, as nomenclaturas <b>Comunicações de Operações e Situações Suspeitas (COS)</b> e <b>Comunicações de Operações em Espécie (COE)</b>, especificando em capítulos e seções próprias os procedimentos de monitoramento e seleção dessas operações e, conseqüentemente, de comunicações ao COAF.</p> </div> <p><b>CAPÍTULO VIII DOS PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO AO COAF</b></p> <p><b>Seção I</b></p> <p><b>Da Comunicação de Operações e Situações Suspeitas</b></p> <p>Art. 48. As instituições referidas no art. 1º devem comunicar ao Coaf as operações ou situações suspeitas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.</p> <p>§ 1º A decisão de comunicação da operação ou situação ao Coaf deve:</p> <p>I - ser fundamentada com base nas informações contidas no dossiê mencionado no art. 43, § 2º;</p> <p>II - ser registrada de forma detalhada no dossiê mencionado no art. 43, § 2º; e</p> <p>III - ocorrer até o final do prazo de análise referido no art. 43, § 1º (<b>quarenta e cinco dias</b>, contados a partir da data da seleção da operação ou situação).</p> <div data-bbox="874 1240 1513 2024"> <p><b>Obs.2:</b> O art. 43, <i>caput</i>, c/c § 2º impõe que os sujeitos obrigados por esta norma devem registrar em dossiê próprio <u>os procedimentos de monitoramento e seleção das operações e situações que podem ser caracterizadas como Operações Suspeitas</u> de Lavagem de Dinheiro e Terrorismo <b>que estão estabelecidos no art. 39.</b></p> <p>Veja:</p> <p>“Art. 39. As instituições referidas no art. 1º devem implementar procedimentos de monitoramento e seleção que permitam identificar operações e situações que possam indicar suspeitas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo, especialmente:</p> <p>I - as operações realizadas e os produtos e serviços contratados que, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização, os instrumentos utilizados ou a falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar a existência de indícios de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, inclusive:</p> </div>

§ 2º As comunicações das ocorrências mencionadas no caput devem ser realizadas até o dia útil seguinte àquele em que verificadas. (Incluído pela Circular nº 3.654, de 27/3/2013.)

Art. 13. As instituições de que trata o art. 1º devem comunicar ao Coaf, na forma determinada pelo Banco Central do Brasil:

I - as operações realizadas ou serviços prestados cujo valor seja igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) e que, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização, os instrumentos utilizados ou a falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar a existência de indícios dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998;

II - as operações realizadas ou serviços prestados que, por sua habitualidade, valor ou forma, configurem artifício que objetive burlar os mecanismos de identificação, controle e registro;

III - as operações realizadas ou os serviços prestados, qualquer que seja o valor, a pessoas que reconhecidamente tenham perpetrado ou tentado perpetrar atos terroristas ou neles participado ou facilitado o seu cometimento, bem como a existência de recursos pertencentes ou por eles controlados direta ou indiretamente;

IV - os atos suspeitos de financiamento do terrorismo.

§ 1º O disposto no inciso III aplica-se também às entidades pertencentes ou controladas, direta ou indiretamente, pelas pessoas ali mencionadas, bem como por pessoas e entidades atuando em seu nome ou sob seu comando.

§ 2º As comunicações das ocorrências de que tratam os incisos I a IV do caput devem ser realizadas até o dia útil seguinte àquele em que forem verificadas. (Redação dada pela Circular nº 3.654, de 27/3/2013.)

§ 3º Devem também ser comunicadas ao Coaf as propostas de realização das operações e atos descritos nos incisos I a IV.

Art. 14. As comunicações de que tratam os arts. 12 e 13 deverão ser efetuadas sem que seja dada ciência aos envolvidos ou a terceiros. (Redação dada pela Circular nº 3.654, de 27/3/2013.)

§ 1º As comunicações relativas a cliente identificado como pessoa politicamente exposta devem incluir especificamente essa informação.

§ 2º A alteração ou o cancelamento de comunicação efetuados após o quinto dia útil seguinte ao da sua inclusão devem ser acompanhados de justificativa da ocorrência.

Art. 15. As comunicações de que tratam os arts. 12 e 13 relativas a instituições integrantes de conglomerado

a) as operações realizadas ou os serviços prestados que, por sua habitualidade, valor ou forma, configurem artifício que objetive burlar os procedimentos de identificação, qualificação, registro, monitoramento e seleção previstos nesta Circular;

b) as operações de depósito ou aporte em espécie, saque em espécie, ou pedido de provisionamento para saque que apresentem indícios de ocultação ou dissimulação da natureza, da origem, da localização, da disposição, da movimentação ou da propriedade de bens, direitos e valores;

c) as operações realizadas e os produtos e serviços contratados que, considerando as partes e os valores envolvidos, apresentem incompatibilidade com a capacidade financeira do cliente, incluindo a renda, no caso de pessoa natural, ou o faturamento, no caso de pessoa jurídica, e o patrimônio; (Obs.3: Não há mais o mínimo de R\$ 10.000,00 previsto no Art. 13, I, da Circular n. 3.461)

d) as operações com pessoas expostas politicamente de nacionalidade brasileira e com representantes, familiares ou estreitos colaboradores de pessoas expostas politicamente;

e) as operações com pessoas expostas politicamente estrangeiras;

f) os clientes e as operações em relação aos quais não seja possível identificar o beneficiário final;

g) as operações oriundas ou destinadas a países ou territórios com deficiências estratégicas na implementação das recomendações do Grupo de Ação Financeira (Gafi); e

h) as situações em que não seja possível manter atualizadas as informações cadastrais de seus clientes; e

II - as operações e situações que possam indicar suspeitas de financiamento do terrorismo"

§ 2º A comunicação da operação ou situação suspeita ao Coaf deve ser realizada até o dia útil seguinte ao da decisão de comunicação.

## Seção II

### Da Comunicação de Operações em Espécie

Art. 49. As instituições mencionadas no art. 1º devem comunicar ao Coaf:

I - as operações de depósito ou aporte em espécie ou saque em espécie de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);

financeiro e a instituições associadas a sistemas cooperativos de crédito podem ser efetuadas, respectivamente, pela instituição líder do conglomerado econômico e pela cooperativa central de crédito.

Art. 15-A. As instituições de que trata o art. 1º que não tiverem efetuado comunicações nos termos dos arts. 12 e 13 em cada ano civil deverão prestar declaração, por meio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf), atestando a não ocorrência de transações passíveis de comunicação conforme previsto nesta Circular.

Parágrafo único. A declaração mencionada no caput deve ser:

I - enviada em até dez dias úteis após o encerramento do ano civil;

II - considerada para fins da verificação do atendimento ao disposto no art. 11, inciso III, da Lei nº 9.613, de 1998; e

III - fornecida, no que se refere ao art. 12, apenas pelas instituições que mantêm os registros mencionados nos arts. 8º e 9º desta Circular.” (Artigo 15-A incluído pela Circular nº 3.654, de 27/3/2013.)

Art. 16. As instituições de que trata o art. 1º devem manter, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os documentos relativos às análises de operações ou propostas que fundamentaram a decisão de efetuar ou não as comunicações de que tratam os arts. 12 e 13.

Obs.: Esse prazo agora é de no mínimo 10 anos - art. 67 da Circular n. 3.978/20

II - as operações relativas a pagamentos, recebimentos e transferências de recursos, por meio de qualquer instrumento, contra pagamento em espécie, de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e

III - a solicitação de provisionamento de saques em espécie de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) de que trata o art. 36.

**“Art. 36 (...)provisionamento com, no mínimo, três dias úteis de antecedência, das operações de saque, inclusive as realizadas por meio de cheque ou ordem de pagamento, de valor igual ou superior a R\$50.000,00”**

**Obs.4:** Os procedimentos de monitoramento e seleção das **Operações em Espécie** estão previstos na Seção III da norma, **art. 33 a art. 37**.

**Obs.5:** A Circular n. 3.978 estabelece que os sujeitos obrigados devem registrar as operações de recursos em espécie de valor individual superior a R\$2.000,00 com as informações necessárias à identificação da origem e do destino dos recursos, entre outras, com a identificação do Titular, do beneficiário e do portador dos recursos, conforme parâmetros estabelecidos nos art. 28 a 30 c/c art. 33, todos da referida norma.

**Obs.6:** Mas, **atenção**, os critérios para comunicações automáticas de valores em espécie estão vinculados aos valores iguais ou superiores a R\$ 50.000,00, como consta do Art. 49 já destacado. Os Valores maiores ou iguais a R\$ 2.000,00 e menores de R\$ 50.000,00 serão comunicados ao COAF se considerados suspeitos pelos parâmetros estabelecidos para as COS como, por exemplo, o estabelecido no Art. 39, I, “a)”.

Parágrafo único. A comunicação mencionada no caput deve ser realizada até o dia útil seguinte ao da ocorrência da operação ou do provisionamento.

### Seção III

#### Disposições Gerais

Art. 50. As instituições referidas no art. 1º devem realizar as comunicações mencionadas nos arts. 48 e 49 sem dar ciência aos envolvidos ou a terceiros.

Art. 51. As comunicações alteradas ou canceladas após o quinto dia útil seguinte ao da sua realização devem ser acompanhadas de justificativa da ocorrência.

Art. 52. As comunicações podem ser realizadas de forma centralizada por meio de instituição do conglomerado

prudencial e de sistema cooperativo de crédito, em nome da instituição na qual ocorreu a operação ou a situação.

Parágrafo único. As instituições que optarem por realizar as comunicações de forma centralizada, nos termos do caput, devem formalizar a opção em reunião do conselho de administração ou, se inexistente, da diretoria da instituição.

Art. 53. As comunicações referidas nos arts. 48 e 49 devem especificar, quando for o caso, se a pessoa objeto da comunicação:

I - é pessoa exposta politicamente ou representante, familiar ou estreito colaborador dessa pessoa;

II - é pessoa que, reconhecidamente, praticou ou tenha tentado praticar atos terroristas ou deles participado ou facilitado o seu cometimento; e

III - é pessoa que possui ou controla, direta ou indiretamente, recursos na instituição, no caso do inciso II.

Art. 54. As instituições de que trata o art. 1º que não tiverem efetuado comunicações ao Coaf em cada ano civil deverão prestar declaração, até dez dias úteis após o encerramento do referido ano, atestando a não ocorrência de operações ou situações passíveis de comunicação.

Art. 55. As instituições referidas no art. 1º devem se habilitar para realizar as comunicações no Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf), do Coaf.

Art. 67. As instituições referidas no art. 1º devem manter à disposição do Banco Central do Brasil e conservar pelo **período mínimo de dez anos:**  
(...)

IV - o dossiê referido no art. 43, § 2º.

**“Dos Procedimentos de Análise de Operações e Situações Suspeitas**

Art. 43. As instituições referidas no art. 1º devem implementar procedimentos de análise das operações e situações selecionadas por meio dos procedimentos de monitoramento e seleção de que trata o art. 39, com o objetivo de caracterizá-las ou não como suspeitas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.  
(...)

§ 2º A análise mencionada no caput deve ser formalizada em dossiê, independentemente da comunicação ao Coaf referida no art. 48.”



Quadro comparativo entre as Cartas Circulares n. 3.542/2012 e 4.001/2020 do BCB

As novidades identificadas estão destacadas em vermelho.

CARTA CIRCULAR Nº 3.542/2012 (até 30/06/20)	CARTA CIRCULAR Nº 4.001/2020 (a partir de 1º/07/20)
<p>Divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).</p>	<p>Divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento ao terrorismo, previstos na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).</p>
<p>Art. 1º As operações ou as situações descritas a seguir, considerando as partes envolvidas, os valores, a frequência, as formas de realização, os instrumentos utilizados ou a falta de fundamento econômico ou legal, podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf):</p> <p>I - situações relacionadas com operações em espécie em moeda nacional:</p> <p>a) realização de depósitos, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade econômico-financeira;</p> <p>b) movimentações em espécie realizadas por clientes cujas atividades possuam como característica a utilização de outros instrumentos de transferência de recursos, tais como cheques, cartões de débito ou crédito;</p> <p>c) aumentos substanciais no volume de depósitos em espécie de qualquer pessoa natural ou jurídica, sem causa aparente, nos casos em que tais depósitos forem posteriormente transferidos, dentro de curto período de tempo, a destino não relacionado com o cliente;</p> <p>d) fragmentação de depósitos, em espécie, de forma a dissimular o valor total da movimentação;</p> <p>e) realização de depósitos de grandes valores em espécie, de forma parcelada, especialmente em regiões geográficas de maior risco, principalmente nos mesmos caixas ou terminais de autoatendimento próximos, destinados a uma única conta ou a várias contas em municípios ou agências distintas;</p> <p>f) movimentação de recursos em espécie em municípios localizados em regiões de fronteira, que apresentem indícios de atipicidade ou de incompatibilidade com a</p>	<p>Art. 1º As operações ou as situações descritas a seguir exemplificam a ocorrência de indícios de suspeita para fins dos procedimentos de monitoramento e seleção previstos na Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020:</p> <p>I - situações relacionadas com <b>operações em espécie</b> em moeda nacional <b>com a utilização de contas de depósitos ou de contas de pagamento</b>:</p> <p>a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira;</p> <p>b) movimentações em espécie realizadas por clientes cujas atividades possuam como característica a utilização de outros instrumentos de transferência de recursos, tais como cheques, cartões de débito ou crédito;</p> <p>c) aumentos substanciais no volume de depósitos ou aportes em espécie de qualquer pessoa natural ou jurídica, sem causa aparente, nos casos em que tais depósitos ou aportes forem posteriormente transferidos, dentro de curto período de tempo, a destino não relacionado com o cliente;</p> <p>d) fragmentação de depósitos <b>ou outro instrumento de transferência de recurso</b> em espécie, <b>inclusive boleto de pagamento</b>, de forma a dissimular o valor total da movimentação;</p> <p><b>e) fragmentação de saques em espécie, a fim de burlar limites regulatórios de reportes;</b></p> <p>f) depósitos ou aportes de grandes valores em espécie, de forma parcelada, principalmente nos mesmos caixas ou terminais de autoatendimento próximos, destinados a uma única conta ou a várias contas em municípios ou agências distintas;</p>

<p>capacidade econômico-financeira do cliente; <b>(Passa a ser tratada no Inciso XVII da 4001/2020 - região de fronteira)</b></p> <p>g) realização de depósitos em espécie em contas de clientes que exerçam atividade comercial relacionada com negociação de bens de luxo ou de alto valor, tais como obras de arte, imóveis, barcos, joias, automóveis ou aeronaves executivas;</p> <p>h) realização de saques em espécie de conta que receba diversos depósitos por transferência eletrônica de várias origens em curto período de tempo;</p> <p>i) realização de depósito em espécie com cédulas úmidas, malcheirosas, mofadas, ou com aspecto de que foram armazenadas em local impróprio ou ainda que apresentem marcas, símbolos ou selos desconhecidos, empacotadas em maços desorganizados e não uniformes; e</p> <p>j) realização de depósitos ou troca de grandes quantidades de cédulas de pequeno valor, realizados por pessoa natural ou jurídica, cuja atividade ou negócio não tenha como característica recebimentos de grandes quantias de recursos em espécie;</p>	<p>g) depósitos ou aportes em espécie em contas de clientes que exerçam atividade comercial relacionada com negociação de bens de luxo ou de alto valor, tais como obras de arte, imóveis, barcos, joias, automóveis ou aeronaves;</p> <p>h) saques em espécie de conta que receba diversos depósitos por transferência eletrônica de várias origens em curto período de tempo;</p> <p>i) depósitos ou aportes em espécie com cédulas úmidas, malcheirosas, mofadas, ou com aspecto de que foram armazenadas em local impróprio ou ainda que apresentem marcas, símbolos ou selos desconhecidos, empacotadas em maços desorganizados e não uniformes;</p> <p>j) depósitos, aportes ou troca de grandes quantidades de cédulas de pequeno valor, por pessoa natural ou jurídica, cuja atividade ou negócio não tenha como característica recebimentos de grandes quantias de recursos em espécie;</p> <p><b>k) saques no período de cinco dias úteis em valores inferiores aos limites estabelecidos, de forma a dissimular o valor total da operação e evitar comunicações de operações em espécie;</b></p> <p><b>l) dois ou mais saques em espécie no caixa no mesmo dia, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do sacador;</b></p> <p><b>m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante;</b></p> <p><b>n) depósitos em espécie relevantes em contas de servidores públicos e de qualquer tipo de Pessoas Expostas Politicamente (PEP), conforme elencados no art. 27 da Circular nº 3.978, de 2020, bem como seu representante, familiar ou estreito colaborador;</b></p>
<p><b>II - situações relacionadas com operações em espécie em moeda estrangeira e cheques de viagem:</b></p> <p>a) movimentação de recursos em espécie em moeda estrangeira ou cheques de viagem, que apresente atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade econômico-financeira;</p> <p>b) negociações de moeda estrangeira em espécie, em municípios localizados em regiões de fronteira, que não apresentem compatibilidade com a natureza declarada da operação; <b>(Passa a ser tratada no Inciso XVII da 4001/2020 - região de fronteira)</b></p> <p>c) negociações de moeda estrangeira em espécie ou cheques de viagem denominados em moeda estrangeira, que não apresentem compatibilidade com a natureza declarada da operação;</p> <p>d) negociações de moeda estrangeira em espécie ou cheques de viagem denominados em moeda estrangeira,</p>	<p><b>II - situações relacionadas com operações em espécie e cartões pré-pagos em moeda estrangeira e cheques de viagem:</b></p> <p>a) movimentações de moeda estrangeira em espécie ou de cheques de viagem denominados em moeda estrangeira, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira;</p> <p>b) negociações de moeda estrangeira em espécie ou de cheques de viagem denominados em moeda estrangeira, que não apresentem compatibilidade com a natureza declarada da operação;</p> <p>c) negociações de moeda estrangeira em espécie ou de cheques de viagem denominados em moeda estrangeira,</p>

<p>realizadas por diferentes pessoas naturais, não relacionadas entre si, que informem o mesmo endereço residencial; e</p> <p>e) recebimentos de moeda estrangeira em espécie, por pessoas naturais residentes no exterior, transitoriamente no País, decorrentes de ordens de pagamento a seu favor ou da utilização de cartão de uso internacional, sem a evidência de propósito claro;</p>	<p>realizadas por diferentes pessoas naturais, não relacionadas entre si, que informem o mesmo endereço residencial, telefone de contato ou possuam o mesmo representante legal;</p> <p>d) negociações envolvendo taxas de câmbio com variação significativa em relação às praticadas pelo mercado;</p> <p>e) negociações de moeda estrangeira em espécie envolvendo cédulas úmidas, malcheirosas, mofadas, ou com aspecto de terem sido armazenadas em local impróprio, ou ainda que apresentem marcas, símbolos ou selos desconhecidos, empacotadas em maços desorganizados e não uniformes;</p> <p>f) negociações de moeda estrangeira em espécie ou troca de grandes quantidades de cédulas de pequeno valor, realizadas por pessoa natural ou jurídica, cuja atividade ou negócio não tenha como característica o recebimento desse tipo de recurso;</p> <p>g) utilização, carga ou recarga de cartão pré-pago em valor não compatível com a capacidade financeira, atividade ou perfil do cliente; (Era tratada no Inciso VI da C.C 3.542/2012)</p> <p>h) utilização de diversas fontes de recursos para carga e recarga de cartões pré-pagos; (Era tratada no Inciso VI da C.C 3.542/2012)</p> <p>i) carga e recarga de cartões pré-pagos seguidas imediatamente por saques em caixas eletrônicos; (Era tratada no Inciso VI da C.C 3.542/2012)</p>
<p>III - situações relacionadas com dados cadastrais de clientes:</p> <p>a) resistência ao fornecimento de informações necessárias para o início de relacionamento ou para a atualização cadastral, oferecimento de informação falsa ou prestação de informação de difícil ou onerosa verificação;</p> <p>b) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato;</p> <p>c) apresentação de irregularidades relacionadas aos procedimentos de identificação e registro das operações exigidos pela regulamentação vigente, seguidas ou não do encerramento do relacionamento comercial;</p> <p>d) cadastramento de várias contas em uma mesma data, ou em curto período, com depósitos de valores idênticos ou aproximados, ou com outros elementos em comum, tais como origem dos recursos, titulares, procuradores, sócios, endereço, número de telefone, etc;</p> <p>e) realização de operações em que não seja possível identificar o beneficiário final, observados os procedimentos definidos na regulamentação vigente;</p> <p>f) informação de mesmo endereço comercial por diferentes pessoas jurídicas ou organizações, sem justificativa razoável para tal ocorrência;</p>	<p>III - <b>situações relacionadas com a identificação e qualificação de clientes:</b></p> <p>a) resistência ao fornecimento de informações necessárias para o início de relacionamento ou para a atualização cadastral;</p> <p>b) oferecimento de informação falsa;</p> <p>c) prestação de informação de difícil ou onerosa verificação;</p> <p>d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato;</p> <p>e) ocorrência de irregularidades relacionadas aos procedimentos de identificação e registro das operações exigidos pela regulamentação vigente;</p> <p>f) cadastramento de várias contas em uma mesma data, ou em curto período, com depósitos de valores idênticos ou aproximados, ou com outros elementos em comum, tais como origem dos recursos, titulares, procuradores, sócios, endereço, número de telefone, etc.;</p> <p>g) operações em que não seja possível identificar o beneficiário final, observados os procedimentos definidos na regulamentação vigente;</p> <p>h) representação de diferentes pessoas jurídicas ou organizações pelos mesmos procuradores ou representantes legais, sem justificativa razoável para tal ocorrência;</p>



<p>g) representação de diferentes pessoas jurídicas ou organizações pelos mesmos procuradores ou representantes legais, sem justificativa razoável para tal ocorrência;</p> <p>h) informação de mesmo endereço residencial ou comercial por pessoas naturais, sem demonstração da existência de relação familiar ou comercial; e</p> <p>i) incompatibilidade da atividade econômica ou faturamento informados com o padrão apresentado por clientes com o mesmo perfil;</p>	<p>i) informação de mesmo endereço residencial ou comercial por pessoas naturais, sem demonstração da existência de relação familiar ou comercial;</p> <p>j) incompatibilidade da atividade econômica ou faturamento informados com o padrão apresentado por clientes com o mesmo perfil;</p> <p>k) registro de mesmo endereço de e-mail ou de Internet Protocol (IP) por diferentes pessoas jurídicas ou organizações, sem justificativa razoável para tal ocorrência;</p> <p>l) registro de mesmo endereço de e-mail ou Internet Protocol (IP) por pessoas naturais, sem justificativa razoável para tal ocorrência;</p> <p>m) informações e documentos apresentados pelo cliente conflitantes com as informações públicas disponíveis;</p> <p>n) sócios de empresas sem aparente capacidade financeira para o porte da atividade empresarial declarada;</p>
<p>IV - situações relacionadas com a movimentação de contas:</p> <p>a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente;</p> <p>b) transferências de valores arredondados na unidade de milhar ou que estejam um pouco abaixo do limite para notificação de operações;</p> <p>c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros;</p> <p>d) manutenção de numerosas contas destinadas ao acolhimento de depósitos em nome de um mesmo cliente, cujos valores, somados, resultem em quantia significativa;</p> <p>e) movimentação de quantia significativa por meio de conta até então pouco movimentada ou de conta que acolha depósito inusitado;</p> <p>f) ausência repentina de movimentação financeira em conta que anteriormente apresentava grande movimentação;</p> <p>g) utilização de cofres de aluguel de forma atípica em relação ao perfil do cliente;</p> <p>h) dispensa da faculdade de utilização de prerrogativas como recebimento de crédito, de juros remuneratórios para grandes saldos ou, ainda, de outros serviços bancários especiais que, em circunstâncias normais, sejam valiosas para qualquer cliente;</p> <p>i) mudança repentina e injustificada na forma de movimentação de recursos ou nos tipos de transação utilizados;</p> <p>j) solicitação de não observância ou atuação no sentido de induzir funcionários da instituição a não seguirem os procedimentos regulamentares ou formais para a realização de uma operação;</p> <p>k) recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa;</p>	<p>IV -situações relacionadas com a movimentação de contas de depósito e de contas de pagamento em moeda nacional, que digam respeito a:</p> <p>a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente;</p> <p>b) transferências de valores arredondados na unidade de milhar ou que estejam um pouco abaixo do limite para notificação de operações;</p> <p>c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros;</p> <p>d) manutenção de numerosas contas destinadas ao acolhimento de depósitos em nome de um mesmo cliente, cujos valores, somados, resultem em quantia significativa;</p> <p>e) movimentação de quantia significativa por meio de conta até então pouco movimentada ou de conta que acolha depósito inusitado;</p> <p>f) ausência repentina de movimentação financeira em conta que anteriormente apresentava grande movimentação;</p> <p>g) utilização de cofres de aluguel de forma atípica em relação ao perfil do cliente;</p> <p>h) dispensa da faculdade de utilização de prerrogativas como recebimento de crédito, de juros remuneratórios para grandes saldos ou, ainda, de outros serviços bancários especiais que, em circunstâncias normais, sejam valiosas para qualquer cliente;</p> <p>i) mudança repentina e injustificada na forma de movimentação de recursos ou nos tipos de transação utilizados;</p> <p>j) solicitação de não observância ou atuação no sentido de induzir funcionários da instituição a não seguirem os procedimentos regulamentares ou formais para a realização de uma operação;</p> <p>k) recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa;</p>

<p>l) realização de operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos beneficiários finais;</p> <p>m) existência de contas que apresentem créditos e débitos com a utilização de instrumentos de transferência de recursos não característicos para a ocupação ou o ramo de atividade desenvolvida pelo cliente;</p> <p>n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural;</p> <p>o) pagamentos habituais a fornecedores ou beneficiários que não apresentem ligação com a atividade ou ramo de negócio da pessoa jurídica;</p> <p>p) pagamentos ou transferências por pessoa jurídica para fornecedor distante de seu local de atuação, sem fundamentação econômico-financeira;</p> <p>q) realização de depósitos de cheques endossados totalizando valores significativos;</p> <p>r) existência de conta de depósitos à vista de organizações sem fins lucrativos cujos saldos ou movimentações financeiras não apresentem fundamentação econômica ou legal ou nas quais pareça não haver vinculação entre a atividade declarada da organização e as outras partes envolvidas nas transações;</p> <p>s) movimentação habitual de recursos financeiros de ou para pessoas politicamente expostas ou pessoas de relacionamento próximo, não justificada por eventos econômicos;</p> <p>t) existência de contas em nome de menores ou incapazes, cujos representantes realizem grande número de operações atípicas; e</p> <p>u) transações significativas e incomuns por meio de contas de depósitos de investidores não residentes constituídos sob a forma de trust;</p>	<p>l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais;</p> <p>m) existência de contas que apresentem créditos e débitos com a utilização de instrumentos de transferência de recursos não característicos para a ocupação ou o ramo de atividade desenvolvida pelo cliente;</p> <p>n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural;</p> <p>o) pagamentos habituais a fornecedores ou beneficiários que não apresentem ligação com a atividade ou ramo de negócio da pessoa jurídica;</p> <p>p) pagamentos ou transferências por pessoa jurídica para fornecedor distante de seu local de atuação, sem fundamentação econômico-financeira;</p> <p>q) depósitos de cheques endossados totalizando valores significativos;</p> <p>r) existência de conta de depósitos à vista ou de conta de pagamento de organizações sem fins lucrativos cujos saldos ou movimentações financeiras não apresentem fundamentação econômica ou legal ou nas quais pareça não haver vinculação entre a atividade declarada da organização e as outras partes envolvidas nas transações;</p> <p>s) movimentação habitual de recursos financeiros de ou para qualquer tipo de PEP, conforme elencados no art. 27 da Circular nº 3.978, de 2020, <b>bem como seu representante, familiar ou estreito colaborador, não justificada por eventos econômicos;</b></p> <p>t) existência de contas em nome de menores ou incapazes, cujos representantes realizem grande número de operações e/ou operações de valores relevantes;</p> <p>u) transações significativas e incomuns por meio de contas de depósitos ou de contas de pagamento de investidores não residentes constituídos sob a forma de trust;</p> <p><b>v) recebimentos de valores relevantes no mesmo terminal de pagamento (Point of Sale - POS), que apresentem indícios de atipicidade ou de incompatibilidade com a capacidade financeira do estabelecimento comercial credenciado;</b></p> <p><b>w) recebimentos de valores relevantes no mesmo terminal de pagamento (Point of sale - POS), que apresentem indícios de atipicidade ou de incompatibilidade com o perfil do estabelecimento comercial credenciado;</b></p> <p><b>x) desvios frequentes em padrões adotados por cada administradora de cartões de credenciamento ou de cartões de crédito, verificados no monitoramento das compras de seus titulares;</b></p> <p><b>y) transações em horário considerado incompatível com a atividade do estabelecimento comercial credenciado;</b></p>
---	---

	<p>z) transações em terminal (Point of sale - POS) realizadas em localização geográfica distante do local de atuação do estabelecimento comercial credenciado;</p> <p>aa) operações atípicas em contas de clientes que exerçam atividade comercial relacionada com negociação de bens de luxo ou de alto valor, tais como obras de arte, imóveis, barcos, joias, automóveis ou aeronaves;</p> <p>ab) utilização de instrumento financeiro de forma a ocultar patrimônio e/ou evitar a realização de bloqueios judiciais, inclusive cheque administrativo;</p> <p>ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas; ad) recebimento de créditos com o imediato débito dos valores;</p> <p>ae) movimentações de valores com empresas sem atividade regulamentada pelos órgãos competentes;</p>
<p>V - situações relacionadas com operações de investimento interno:</p> <p>a) operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de títulos e valores mobiliários a preços incompatíveis com os praticados no mercado ou quando realizadas por pessoa cuja atividade declarada e perfil não se coadunem ao tipo de negociação realizada;</p> <p>b) realização de operações atípicas que resultem em elevados ganhos para os agentes intermediários, em desproporção com a natureza dos serviços efetivamente prestados;</p> <p>c) investimentos significativos em produtos de baixa rentabilidade e liquidez;</p> <p>d) investimentos significativos não proporcionais à capacidade econômico-financeira do cliente, ou cuja origem não seja claramente conhecida; e</p> <p>e) resgates de investimentos no curtíssimo prazo, independentemente do resultado auferido;</p>	<p>V - situações relacionadas com operações de investimento no País:</p> <p>a) operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de ativos financeiros a preços incompatíveis com os praticados no mercado ou quando realizadas por pessoa natural ou jurídica cuja atividade declarada e perfil não se coadunem ao tipo de negociação realizada;</p> <p>b) operações atípicas que resultem em elevados ganhos para os agentes intermediários, em desproporção com a natureza dos serviços efetivamente prestados;</p> <p>c) investimentos significativos em produtos de baixa rentabilidade e liquidez;</p> <p>d) investimentos significativos não proporcionais à capacidade financeira do cliente, ou cuja origem não seja claramente conhecida; e</p> <p>e) resgates de investimentos no curtíssimo prazo, independentemente do resultado auferido;</p>
<p>VI - situações relacionadas com cartões de pagamento:</p> <p>a) utilização, carga ou recarga de cartão em valor não compatível com a capacidade econômico-financeira, atividade ou perfil do usuário; (Passa a ser tratada no Inciso II, alínea “g”, da C.C 4001/2020)</p> <p>b) realização de múltiplos saques com cartão em terminais eletrônicos em localidades diversas e distantes do local de contratação ou recarga; (Passa a ser tratada no Inciso II da C.C 4001/2020)</p> <p>c) utilização do cartão de forma incompatível com o perfil do cliente, incluindo operações atípicas em outros países; (dispositivo similar no Inciso II, Alínea “a”, da Carta Circular 4001/2020)</p> <p>d) utilização de diversas fontes de recursos para carga e recarga de cartões; e (Passa a ser tratada no Inciso II, alínea “h”, da C.C 4001/2020)</p> <p>e) realização de operações de carga e recarga de cartões, seguidas imediatamente por saques em caixas</p>	

eletrônicos. (Passa a ser tratada no Inciso II, alínea “i)”, da C.C 4001/2020)	
<p>VII - situações relacionadas com operações de crédito no País:</p> <p>a) realização de operações de crédito no País liquidadas com recursos aparentemente incompatíveis com a situação econômico-financeira do cliente;</p> <p>b) solicitação de concessão de crédito no País incompatível com a atividade econômica ou com a capacidade financeira do cliente;</p> <p>c) realização de operação de crédito no País seguida de remessa de recursos ao exterior, sem fundamento econômico ou legal, e sem relacionamento com a operação de crédito;</p> <p>d) realização de operações de crédito no País, simultâneas ou consecutivas, liquidadas antecipadamente ou em prazo muito curto;</p> <p>e) liquidação de operações de crédito no País por terceiros, sem justificativa aparente;</p> <p>f) concessão de garantias de operações de crédito no País por terceiros não relacionados ao tomador;</p> <p>g) realização de operação de crédito no País com oferecimento de garantia no exterior por cliente sem tradição de realização de operações no exterior; e</p> <p>h) aquisição de bens ou serviços incompatíveis com o objeto da pessoa jurídica, especialmente quando os recursos forem originados de crédito no País;</p>	<p><b>VI - situações relacionadas com operações de crédito no País:</b></p> <p>a) operações de crédito no País liquidadas com recursos aparentemente incompatíveis com a situação financeira do cliente;</p> <p>b) solicitação de concessão de crédito no País incompatível com a atividade econômica ou com a capacidade financeira do cliente;</p> <p>c) operação de crédito no País seguida de remessa de recursos ao exterior, sem fundamento econômico ou legal, e sem relacionamento com a operação de crédito;</p> <p>d) operações de crédito no País, simultâneas ou consecutivas, liquidadas antecipadamente ou em prazo muito curto;</p> <p>e) liquidação de operações de crédito ou assunção de dívida no País por terceiros, sem justificativa aparente;</p> <p>f) concessão de garantias de operações de crédito no País por terceiros não relacionados ao tomador;</p> <p>g) operação de crédito no País com oferecimento de garantia no exterior por cliente sem tradição de realização de operações no exterior;</p> <p>h) aquisição de bens ou serviços incompatíveis com o objeto da pessoa jurídica, especialmente quando os recursos forem originados de crédito no País;</p>
<p>VIII - situações relacionadas com a movimentação de recursos oriundos de contratos com o setor público:</p> <p>a) movimentações atípicas de recursos por agentes públicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;</p> <p>b) movimentações atípicas de recursos por pessoa natural ou jurídica relacionados a patrocínio, propaganda, marketing, consultorias, assessorias e capacitação;</p> <p>c) movimentações atípicas de recursos por organizações sem fins lucrativos; e</p> <p>d) movimentações atípicas de recursos por pessoa natural ou jurídica relacionados a licitações;</p>	<p>VII - situações relacionadas com a movimentação de recursos oriundos de contratos com o setor público:</p> <p>a) movimentações atípicas de recursos por agentes públicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;</p> <p>b) movimentações atípicas de recursos por pessoa natural ou jurídica relacionadas a patrocínio, propaganda, marketing, consultorias, assessorias e capacitação;</p> <p>c) movimentações atípicas de recursos por organizações sem fins lucrativos;</p> <p>d) movimentações atípicas de recursos por pessoa natural ou jurídica relacionadas a licitações;</p>
<p>IX - situações relacionadas a consórcios:</p> <p>a) existência de consorciados detentores de elevado número de cotas, incompatível com sua capacidade econômico-financeira ou com o objeto da pessoa jurídica;</p> <p>b) aumento expressivo do número de cotas pertencentes a um mesmo consorciado;</p> <p>c) oferecimento de lances incompatíveis com a capacidade econômico-financeira do consorciado;</p> <p>d) oferecimento de lances muito próximos ao valor do bem;</p> <p>e) pagamento antecipado de quantidade expressiva de prestações vincendas, não condizente com a capacidade econômico-financeira do consorciado;</p>	<p><b>VIII - situações relacionadas a consórcios:</b></p> <p>a) existência de consorciados detentores de elevado número de cotas, incompatível com sua capacidade financeira ou com o objeto da pessoa jurídica;</p> <p>b) aumento expressivo do número de cotas pertencentes a um mesmo consorciado;</p> <p>c) oferecimento de lances incompatíveis com a capacidade financeira do consorciado;</p> <p>d) oferecimento de lances muito próximos ao valor do bem;</p> <p>e) pagamento antecipado de quantidade expressiva de prestações vincendas, não condizente com a capacidade financeira do consorciado;</p>



<p>f) aquisição de cotas previamente contempladas, seguida de quitação das prestações vincendas;</p> <p>g) utilização de documentos falsificados na adesão ou tentativa de adesão a grupo de consórcio;</p>	<p>f) aquisição de cotas previamente contempladas, seguida de quitação das prestações vincendas;</p> <p>g) utilização de documentos falsificados na adesão ou tentativa de adesão a grupo de consórcio;</p> <p>h) pagamentos realizados em localidades diferentes ao do endereço do cadastro;</p> <p>i) informe de conta de depósito à vista ou de poupança para pagamento de crédito em espécie, em agência/localidade diferente da inicialmente fornecida ou remessa de eventual Ordem de Pagamento (OP) para conta de depósito à vista ou de poupança divergente da inicialmente fornecida;</p>
<p>X - situações relacionadas a pessoas suspeitas de envolvimento com atos terroristas:</p> <p>a) movimentações financeiras envolvendo pessoas relacionadas a atividades terroristas listadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas;</p> <p>b) realização de operações ou prestação de serviços, qualquer que seja o valor, a pessoas que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento;</p> <p>c) existência de recursos pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, por pessoas que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento; e</p> <p>d) movimentações com indícios de financiamento do terrorismo;</p>	<p>IX - situações relacionadas a pessoas ou entidades suspeitas de envolvimento com financiamento ao terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa:</p> <p>a) movimentações financeiras envolvendo pessoas ou entidades relacionadas a atividades terroristas listadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU);</p> <p>b) operações ou prestação de serviços, de qualquer valor, a pessoas ou entidades que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento;</p> <p>c) existência de recursos pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, por pessoas ou entidades que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento;</p> <p>d) movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo;</p> <p>e) movimentações financeiras envolvendo pessoas ou entidades relacionadas à proliferação de armas de destruição em massa listadas pelo CSNU;</p> <p>f) operações ou prestação de serviços, de qualquer valor, a pessoas ou entidades que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer crimes de proliferação de armas de destruição em massa, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento;</p> <p>g) existência de recursos pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, por pessoas ou entidades que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer crimes de proliferação de armas de destruição em massa, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento;</p> <p>h) movimentações com indícios de financiamento da proliferação de armas de destruição em massa;</p>
<p>XI - situações relacionadas com atividades internacionais:</p> <p>a) realização ou proposta de operação com pessoas naturais ou jurídicas, inclusive sociedades e instituições financeiras, situadas em países que não apliquem ou apliquem insuficientemente as recomendações do Grupo de Ação contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi), ou que tenham sede em países ou dependências com tributação favorecida ou regimes fiscais</p>	<p>X - situações relacionadas com atividades internacionais:</p> <p>a) operação com pessoas naturais ou jurídicas, inclusive sociedades e instituições financeiras, situadas em países que não apliquem ou apliquem insuficientemente as recomendações do Grupo de Ação contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi), ou que tenham sede em países ou dependências com tributação favorecida ou regimes fiscais privilegiados, ou em locais</p>



privilegiados ou em locais onde seja observada a prática contumaz dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, não claramente caracterizadas em sua legalidade e fundamentação econômica;

b) utilização de operações complexas e com custos mais elevados que visem a dificultar o rastreamento dos recursos ou a identificação da natureza da operação;

c) realização de pagamentos de importação e recebimentos de exportação, antecipados ou não, por empresa sem tradição ou cuja avaliação econômico-financeira seja incompatível com o montante negociado;

d) realização de pagamentos a terceiros não relacionados a operações de importação ou de exportação;

e) realização de transferências unilaterais que, pela habitualidade, valor ou forma, não se justifiquem ou apresentem atipicidade;

f) realização de transferências internacionais nas quais não se justifique a origem dos fundos envolvidos ou que se mostrem incompatíveis com a capacidade econômico-financeira ou com o perfil do cliente;

g) realização de transferência de valores a título de disponibilidade no exterior, incompatível com a capacidade econômico-financeira do cliente ou sem fundamentação econômica ou legal;

h) realização de exportações ou importações aparentemente fictícias ou com indícios de superfaturamento ou subfaturamento;

i) existência de informações na carta de crédito com discrepâncias em relação a outros documentos da operação de comércio internacional;

j) realização de pagamentos ao exterior após créditos em reais efetuados nas contas de depósitos dos titulares das operações de câmbio por pessoas que não demonstrem a existência de vínculo comercial ou econômico;

k) movimentações decorrentes de programa de repatriação de recursos que apresentem inconsistências relacionadas à identificação do titular ou do beneficiário final, bem como ausência de informações confiáveis sobre a origem e a fundamentação econômica ou legal; e

l) realização de frequentes pagamentos antecipados ou à vista de importação em que não seja possível obter informações sobre o desembaraço aduaneiro das mercadorias; (Passa a ser tratada no Inciso X, alínea "g)", da C.C 4001/2020)

onde seja observada a prática contumaz dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, não claramente caracterizadas em sua legalidade e fundamentação econômica;

b) operações complexas e com custos mais elevados que visem a dificultar o rastreamento dos recursos ou a identificação da natureza da operação;

c) pagamentos de importação e recebimentos de exportação, antecipados ou não, por empresa sem tradição ou cuja capacidade financeira seja incompatível com o montante negociado;

d) pagamentos a terceiros não relacionados a operações de importação ou de exportação;

e) transferências unilaterais que, pela habitualidade, valor ou forma, não se justifiquem ou apresentem atipicidade;

f) transferências internacionais, inclusive a título de disponibilidade no exterior, nas quais não se justifique a origem dos fundos envolvidos ou que se mostrem incompatíveis com a capacidade financeira ou com o perfil do cliente;

g) exportações ou importações aparentemente fictícias ou com indícios de superfaturamento ou subfaturamento, ou ainda em situações que não seja possível obter informações sobre o desembaraço aduaneiro das mercadorias;

h) existência de informações na carta de crédito com discrepâncias em relação a outros documentos da operação de comércio internacional;

i) pagamentos ao exterior após créditos em reais efetuados nas contas de depósitos dos titulares das operações de câmbio por pessoas naturais ou jurídicas que não demonstrem a existência de vínculo comercial ou econômico;

j) movimentações decorrentes de programa de repatriação de recursos que apresentem inconsistências relacionadas à identificação do titular ou do beneficiário final, bem como ausência de informações confiáveis sobre a origem e a fundamentação econômica ou legal;


k) pagamentos de frete ou de outros serviços que apresentem indícios de atipicidade ou de incompatibilidade com a atividade ou capacidade econômico-financeira do cliente;

l) transferências internacionais por uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas com indícios de fragmentação, como forma de ocultar a real origem ou destino dos recursos;

m) transações em uma mesma data, ou em curto período, de valores idênticos ou aproximados, ou com outros elementos em comum, tais como origem ou destino dos recursos, titulares, procuradores, endereço, número de

	<p>telefone, que configurem artifício de burla do limite máximo de operação;</p> <p>n) transferência via facilitadora de pagamentos ou com a utilização do cartão de crédito de uso internacional, que, pela habitualidade, valor ou forma, não se justifiquem ou apresentem atipicidade;</p> <p>o) transferências relacionadas a investimentos não convencionais que, pela habitualidade, valor ou forma, não se justifiquem ou apresentem atipicidade;</p> <p>p) pagamento de frete internacional sem amparo em documentação que evidencie vínculo com operação comercial;</p>
<p>XII - situações relacionadas com operações de crédito contratadas no exterior:</p> <p>a) contratação de operações de crédito no exterior com cláusulas que estabeleçam condições incompatíveis com as praticadas no mercado, como juros destoantes da prática ou prazo muito longo;</p> <p>b) contratação, no exterior, de várias operações de crédito consecutivas, sem que a instituição tome conhecimento da quitação das anteriores;</p> <p>c) contratação, no exterior, de operações de crédito que não sejam quitadas por intermédio de operações na mesma instituição;</p> <p>d) contratação, no exterior, de operações de crédito, quitadas sem explicação aparente para a origem dos recursos; e</p> <p>e) contratação de empréstimos ou financiamentos no exterior, oferecendo garantias em valores ou formas incompatíveis com a atividade ou capacidade econômico-financeira do cliente ou em valores muito superiores ao valor das operações contratadas ou cuja origem não seja claramente conhecida;</p>	<p>XI - situações relacionadas com operações de crédito contratadas no exterior:</p> <p>a) contratação de operações de crédito no exterior com cláusulas que estabeleçam condições incompatíveis com as praticadas no mercado, como juros destoantes da prática ou prazo muito longo;</p> <p>b) contratação, no exterior, de várias operações de crédito consecutivas, sem que a instituição tome conhecimento da quitação das anteriores;</p> <p>c) contratação, no exterior, de operações de crédito que não sejam quitadas por intermédio de operações na mesma instituição;</p> <p>d) contratação, no exterior, de operações de crédito, quitadas sem explicação aparente para a origem dos recursos;</p> <p>e) contratação de empréstimos ou financiamentos no exterior, oferecendo garantias em valores ou formas incompatíveis com a atividade ou capacidade financeira do cliente ou em valores muito superiores ao valor das operações contratadas ou cuja origem não seja claramente conhecida;</p> <p>f) contratação de operações de crédito no exterior, cujo credor seja de difícil identificação e sem que exista relação ou fundamentação para a operação entre as partes;</p>
<p>XIII - situações relacionadas com operações de investimento externo:</p> <p>a) recebimento de investimento externo direto, cujos recursos retornem imediatamente a título de disponibilidade no exterior;</p> <p>b) recebimento de investimento externo direto, com realização quase imediata de remessas de recursos para o exterior a título de lucros e dividendos;</p> <p>c) realização de remessas de lucros e dividendos ao exterior em valores incompatíveis com o valor investido;</p> <p>d) realização de remessas ao exterior a título de investimento em montantes incompatíveis com a capacidade financeira do cliente;</p> <p>e) realização de remessas de recursos de um mesmo investidor situado no exterior para várias empresas no País;</p>	<p>XII - situações relacionadas com operações de investimento externo:</p> <p>a) recebimento de investimento externo direto, cujos recursos retornem imediatamente a título de disponibilidade no exterior;</p> <p>b) recebimento de investimento externo direto, com realização quase imediata de remessas de recursos para o exterior a título de lucros e dividendos;</p> <p>c) remessas de lucros e dividendos ao exterior em valores incompatíveis com o valor investido;</p> <p>d) remessas ao exterior a título de investimento em montantes incompatíveis com a capacidade financeira do cliente;</p> <p>e) remessas de recursos de um mesmo investidor situado no exterior para várias empresas no País;</p> <p>f) remessas de recursos de vários investidores situados no exterior para uma mesma empresa no País;</p>

<p>f) realização de remessas de recursos de vários investidores situados no exterior para uma mesma empresa no País; e</p> <p>g) recebimento de aporte de capital desproporcional ao porte ou à natureza empresarial do cliente, ou em valores incompatíveis com a capacidade econômico-financeira dos sócios; e</p>	<p>g) recebimento de aporte de capital desproporcional ao porte ou à natureza empresarial do cliente, ou em valores incompatíveis com a capacidade financeira dos sócios;</p> <p>h) retorno de investimento feito no exterior sem comprovação da remessa que lhe tenha dado origem;</p>
<p>XIV - situações relacionadas com empregados das instituições financeiras e seus representantes:</p> <p>a) alteração inusitada nos padrões de vida e de comportamento do empregado ou do representante, sem causa aparente;</p> <p>b) modificação inusitada do resultado operacional da pessoa jurídica do representante ou do correspondente no País, sem causa aparente;</p> <p>c) realização de qualquer negócio de modo diverso ao procedimento formal da instituição por empregado, representante ou correspondente no País; e</p> <p>d) fornecimento de auxílio ou informações, remunerados ou não, a cliente em prejuízo do programa de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo da instituição, ou de auxílio para estruturar ou fracionar operações, burlar limites regulamentares ou operacionais.</p>	<p>XIII - situações relacionadas com funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados:</p> <p>a) alteração inusitada nos padrões de vida e de comportamento do empregado, do parceiro ou de prestador de serviços terceirizados, sem causa aparente;</p> <p>b) modificação inusitada do resultado operacional da pessoa jurídica do parceiro, incluído correspondente no País, sem causa aparente;</p> <p>c) qualquer negócio realizado de modo diverso ao procedimento formal da instituição por funcionário, parceiro, incluído correspondente no País, ou prestador de serviços terceirizados;</p> <p>d) fornecimento de auxílio ou informações, remunerados ou não, a cliente em prejuízo do programa de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo da instituição, ou de auxílio para estruturar ou fracionar operações, burlar limites regulamentares ou operacionais;</p>
	<p>XIV - situações relacionadas a campanhas eleitorais:</p> <p>a) recebimento de doações, em contas (eleitorais ou não) de candidatos, contas de estreito colaborador dessas pessoas ou em contas de partidos políticos, de valores que desrespeitem as vedações ou extrapolem os limites definidos na legislação em vigor;</p> <p>b) uso incompatível com as exigências regulatórias do fundo de caixa do partido eleitoral;</p> <p>c) recebimento de doações, em contas de candidatos, de valores que desrespeitem as vedações ou extrapolem os limites definidos na legislação em vigor, inclusive mediante uso de terceiros e/ou de contas de terceiros;</p> <p>d) transferências, a partir das contas de candidatos, para pessoas naturais ou jurídicas cuja atividade não guarde aparente relação com contas de campanha;</p>
	<p>XV - situações relacionadas a BNDU e outros ativos não financeiros:</p> <p>a) negociação de BNDU ou outro ativo não financeiro para pessoas naturais ou jurídicas sem capacidade financeira;</p> <p>b) negociação de BNDU ou outro ativo não financeiro mediante pagamento em espécie;</p> <p>c) negociação de BNDU ou outro ativo não financeiro por preço significativamente superior ao de avaliação;</p> <p>d) negociação de outro ativo não financeiro em benefício de terceiros;</p> <p>BNDU – Bens não de Uso Próprio. Atende a definição de ativo não financeiro mantido para venda. Geralmente,</p>

	<p>são imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento, retomados pelos bancos devido à inadimplência no financiamento. Atualmente, compõem uma linha de destaque no balanço patrimonial das instituições financeiras (Norma Brasileira de Contabilidade T-10 e Circular BSB n. 1.273/1987)</p>
	<p>XVI - situações relacionadas com a movimentação de contas correntes em moeda estrangeira (CCME):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) movimentação de recursos incompatível com a atividade econômica e a capacidade financeira do cliente;</li> <li>b) recebimentos ou pagamentos de/para terceiros cujas movimentações financeiras não apresentem fundamentação econômica ou legal ou nas quais pareça não haver vinculação entre a atividade declarada do titular da CCME e as outras partes envolvidas nas transações;</li> <li>c) movimentação de recursos, em especial nas contas tituladas por agentes autorizados a operar no mercado de câmbio, que denotem inobservância a limites por operação cambial ou qualquer outra situação em que não se justifiquem ou apresentem atipicidade, pela habitualidade, valor, forma ou ausência de aderência às normas cambiais;</li> <li>d) transações atípicas em CCME de movimentação restrita. Exemplos: contas de agências de turismo e contas de administradoras de cartão de crédito;</li> </ul>
	<p>XVII - situações relacionadas com operações realizadas em municípios localizados em regiões de risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) operação atípica em municípios localizados em regiões de fronteira;</li> <li>b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral;</li> <li>c) operação atípica em municípios localizados em outras regiões de risco.</li> </ul>
<p>Art. 2º As situações descritas nesta Carta Circular, quando aplicáveis, podem indicar parâmetros para a estruturação de sistemas de controles internos, inclusive informatizados, para prevenção de lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo implantados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>Art. 3º A comunicação das situações relacionadas nesta Carta Circular, bem como de outras que, embora não mencionadas, possam configurar indícios de ocorrência das práticas de que trata o art. 13 da Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009, deve ser efetuada por meio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf).</p> <p>Art. 4º Esta Carta Circular entra em vigor em 14 de maio de 2012, quando fica revogada a Carta Circular nº 2.826, de 4 de dezembro de 1998.</p>	<p>§ 1º As operações ou as situações referidas no caput devem ser comunicadas, nos termos da referida Circular, <b>somente nos casos em que os indícios forem confirmados ao término da execução dos procedimentos de análise de operações e situações suspeitas.</b></p> <p>§ 2º Os procedimentos referidos no § 1º devem considerar todas as informações disponíveis, inclusive aquelas obtidas por meio dos procedimentos destinados a conhecer clientes, funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados.</p> <p>Art. 2º Esta Carta Circular entra <b>em vigor em 1º de julho de 2020, quando fica revogada a Carta Circular nº 3.542, de 12 de março de 2012.</b></p>